Representações da emigração para o Brasil na imprensa do nordeste trasmontano durante a 1.ª república

*Maria da Conceição Meireles Pereira**

1. Introdução, objecto de estudo e metodologia

Perceber a problemática da emigração portuguesa para o Brasil no período da 1.ª República (1910-1926) é um objectivo complexo e, de momento, de difícil concretização, haja em vista a necessidade de elaboração de vários trabalhos sobre o tema, com diferentes enfoques e baseados em documentação quer portuguesa quer brasileira.

Esta breve investigação, tal como o título indica, visa identificar e interpretar as representações do fenómeno emigratório na imprensa do nordeste trasmontano durante o período cronológico balizado, tendo em consideração duas coordenadas principais:

- a coordenada espacial: trata-se de uma região periférica, raiana, de fraco povoamento, genericamente pobre, de escassas infra-estruturas e profundamente dependente da actividade agro-pecuária, tendo sido duramente atingida pela sangria migratória.
- a coordenada temporal: o primeiro quartel do século XX (correspondente à última década da monarquia e ao período da 1.ª República) representou, a nível nacional, um momento crítico da emigração para a América, fundamentalmente para o Brasil.

Com efeito, o censo de 1920 registou uma população metropolitana e insular idêntica à do anterior censo de 1911: cerca de 6 milhões de

**Investigadora do CEPESE e docente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

habitantes. Como defende Oliveira Marques, "só a emigração desfalcara o País em quase meio milhão de indivíduos, o mais alto número de todos os tempos até à data"[1]. A estagnação populacional derivava ainda, segundo aquele autor, das epidemias de 1918 e 1919, bem como das baixas provocadas pela Grande Guerra, o que explica que o crescimento demográfico tivesse baixado dos quase 10% de 1900-1911 para pouco mais de 1% na década imediata.

Identificado o tema, apresentam-se alguns aspectos de natureza metodológica. A pesquisa das fontes hemerográficas iniciou-se pelo estudo de cerca de três dezenas de títulos de jornais do nordeste bragançano respeitantes ao âmbito cronológico escolhido (com pequenas incursões nos anos imediatamente anteriores e posteriores) procedendo-se, em seguida, à selecção de meia dúzia de periódicos, predominantemente de Bragança e de Mirandela – sem dúvida, os centros de produção da imprensa mais importante da região –, com o objectivo de analisar a problemática eleita.

Da segunda localidade referida foram seleccionados os semanários *Notícias de Mirandela* (1909-1910), *Correio de Mirandela* (1905-1931) e ainda *Acção Transmontana* (1925-1926). Da capital distrital foram eleitos os periódicos *Distrito de Bragança* (1911), *Notícias de Bragança* (1912-1917) e o *Leste Transmontano* (1920). Este conjunto constitui o acervo hemerográfico mais eloquente sobre a emigração do distrito no período considerado, mas, pontualmente, serão referidos outros órgãos da imprensa trasmontana. Paralelamente, este espólio documental foi sendo estudado com o inevitável apoio de bibliografia geral e específica.

Pretendeu-se indagar e interpretar as diferentes representações do fenómeno emigratório nessa imprensa, através de uma grelha de análise que contempla os seguintes aspectos:

- preocupações suscitadas pelo aumento da emigração nas suas modalidades individual e familiar, portanto abrangendo os dois sexos e diferentes idades;
- conotação positiva/negativa da emigração;

[1] MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Palas Editores, 1976, p. 185.

- razões da emigração;
- confirmação/refutação do "mito da fortuna";
- o perfil do emigrante trasmontano;
- o estereótipo do "brasileiro de torna-viagem"
- a acção dos engajadores;
- vantagens/desvantagens pessoais e nacionais da emigração;
- estratégias de atracção/dissuasão da emigração;
- a emigração clandestina;
- legislação e intervencionismo estatal;
- soluções regionais para o problema da emigração.

Certo é que, a partir de meados de Oitocentos, quando a emigração portuguesa para o Brasil assumia gradualmente maior expressão, o fenómeno foi objecto de numerosos estudos dos quais ressaltavam abordagens ambivalentes e leituras ambíguas. Os textos oficiais, as opiniões dos articulistas, os estudos dos intelectuais pesavam-lhe os prós e os contras, num exercício nunca terminado e nunca resolvido, referindo-se frequentemente ao fenómeno emigratório numa perspectiva maniqueísta, questionando se era uma coisa boa ou má.

A esta tentação não resistiu Afonso Costa que, em 1911, deu à estampa os seus *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*, o texto da dissertação de concurso à cadeira de Economia Política na Escola Politécnica de Lisboa. Se, por um lado, ao referir-se ao processo de expansão/colonização explicava a emigração como "uma necessidade orgânica do povo português", por outro reconhecia que a emigração portuguesa tomara "nos ultimos annos caracteres realmente alarmantes, não por ella mesma, mas pelo que significava de destruição e quasi morte no organismo económico da nação"[2]. Com isto, pretendia enfatizar a debilidade da política económica

[2] COSTA, Affonso – *Estudos de Economia Nacional. I O problema da emigração. Dissertação de concurso á cadeira de Economia Politica da Escola Polytechnica de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 73-74.

da monarquia que não fomentara mecanismos de compensação.

Esperava o ilustre republicano que uma nova orientação económica sob o influxo do novel regime viesse retirar à emigração o seu aspecto doloroso e patológico para o tornar normal no quadro da vida da nação. Na sua óptica, a causa da emigração fora a "miséria physiologica" que conferia "o carácter alarmante que as estatísticas nos revelam", mas reconhecia a contrapartida positiva das receitas que essa prática injectava no tecido socioeconómico português. Assim, explicava:

"Não é o phenomeno em si que é mau; antes, de dentro da desgraça collectiva que a fez multiplicar, a emigração tem ainda virtude para trazer ao organismo nacional o alento das remessas de ouro do Brasil, sem o qual, porventura, não teríamos resistido a tantas provações. O que é mau é o caracter de violência, de irresistível necessidade, quasi de forçada expulsão que a situação cruel em que se debatia o povo português lhe impôs brutalmente. Já não era uma emigração, mas uma fuga desvairada. Não era um phenomeno económico da vida normal de um povo: era a consequência de uma doença geral, era o exodo para não morrer"[3].

É imbuído deste espírito posivista e desta fé republicana que Afonso Costa analisa as estatísticas da emigração entre 1872 e 1909, fazendo corresponder as crises políticas e os desastres económicos da monarquia aos anos críticos da emigração: 1895 representaria o seu ponto culminante. E quanto aos distritos mais sobrecarregados com "o onus migratório" reconhece que Bragança, "com a sua escassa densidade de 28,4, occupa actualmente a cabeceira do rol, pois accusa a percentagem de 16,91"[4].

Se os números de Afonso Costa não andavam muito afastados da verdade, para mais longe dela o levava o seu credo messianista que obnubilava uma implícita análise prospectiva, no tocante ao que seria a 1.ª

[3] COSTA, Affonso – *Estudos de Economia Nacional. I O problema da emigração. Dissertação de concurso á cadeira de Economia Politica da Escola Polytechnica de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 75.

[4] COSTA, Affonso – *Estudos de Economia Nacional. I O problema da emigração. Dissertação de concurso á cadeira de Economia Politica da Escola Polytechnica de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 82.

República em matéria de emigração.

Quase quinze anos volvidos, em 1925, na agonia do regime que aquele vulto maior do republicanismo ajudara a implantar e no qual assumira um iniludível protagonismo, um texto do semanário mirandelense *Acção Transmontana* acentuava o "caracter acentuadamente patológico" da emigração trasmontana, a qual era "factor importantíssimo da nossa decadência económica e dela, em circulo vicioso, derivada"[5].

Efectivamente, o fenómeno emigratório tem que ser percebido na convergência de vários factores o que evidencia a sua irredutibilidade a análises simplistas. Como realça Miriam Halpern Pereira, há que ter em conta o contexto institucional e, para além dele, toda uma série de aspectos de diferente natureza: "Determinados vectores demográficos e socioeconómicos constituem terreno propício ao desencadear da corrente migratória, a sua ocorrência não constitui porém uma derivada simples, mas um fenómeno combinatório complexo"[6].

2. A Imprensa de Mirandela

Neste contexto, não surpreende que a imprensa do nordeste trasmontano incida na problemática emigratória, face ao seu crescimento alarmante e, de um modo geral, realce os seus aspectos mais negativos, numa tentativa de dissuadir uma prática que é representada como um acto de desespero e de loucura, cuja inevitabilidade é questionada[7]. Aliás, desde meados de Oitocentos, quando a emigração para o Brasil ganhou uma expressão até aí inédita, a imprensa não se demitiu da sua função de

[5] T. N. – *Necessidades do Distrito de Bragança*. "Acção Trasmontana", Mirandela, n.º 4, 5 de Fevereiro de 1925, p. 1. O autor do artigo era um dos directores do periódico, Luís Teixeira Neves. Curiosamente, este semanário republicano era apoiante do partido de Afonso Costa.

[6] PEREIRA, Miriam Halpern – "Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)", in *Actas do Colóquio Internacional Emigração /Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 9.

[7] Apesar de esta temática marcar presença nos periódicos mirandelenses que a seguir se analisam, outros houve que não se deixaram sensibilizar pela questão emigratória como é o caso do semanário *Aurora do Tua*, publicado entre 1909 e 1911.

[8] CRUZ, Maria Antonieta – *Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense*. "Revista de História", vol. 11, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1991, p. 185-192.

denunciar o lado negro dessa prática[8].

Nos finais de 1909, um editorial do *Notícias de Mirandela* – a vários títulos paradigmático – introduzia a matéria apontando o número crescente de indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades que ano após ano deixavam o concelho rumo ao Brasil, "cheios de seducções (...) e lá vão a esforçar-se n'uma luta inclemente de canceiras e de penosos trabalhos, voltando quasi sempre com a saúde perdida e mais miseráveis de que quando partiram". E tudo isto por uma razão simples: "O Brasil já foi Brasil (...). Hoje muda o caso de figura".

Com efeito, esta é a mensagem dominante. Tempo houve em que os portugueses que para lá iam trabalhar "facilmente conseguiam accumular algumas centenas de mil réis com que, felizes, regressavam à pátria querida". Agora, as facilidades são uma miragem enganadora, por duas razões principais:. a vida no Brasil tornou-se caríssima; a concorrência de outros emigrantes que possuem maior grau de instrução tornou-se esmagadora, ficando os piores empregos, quando se arranjavam, para os portugueses. Este era, aliás, o melhor cenário, já que a maioria deparava-se com o desemprego total, arrastando-se na miséria e na doença, almejando aquilo que não podiam pagar: a viagem do regresso.

Pedagogicamente, o articulista ilustrava a sua teoria de que "o Brasil já não é o que foi" citando exemplos de dor e miséria narrados nas cartas que os emigrantes enviavam às famílias, nos relatos contados na primeira pessoa pelos afortunados que conseguiram regressar, e terminava com a história de "uma pobre velha" debulhada em lágrimas que ele próprio encontrara num lugar do concelho. Chorava o filho que com dez companheiros e contra a vontade da mãe partira há cerca de um ano para o Brasil, que já lhe matara o marido, e só agora recebera carta dele, narrando os maiores horrores em que ressaltavam os tormentos da viagem em condições piores do que se fora degredado e os primeiros meses de trabalho árduo sem "embolsar um real" para pagar a viagem aos contratadores. As últimas palavras da mãe desesperada, real ou ficcionada (não o saberemos), coroavam a tese do jornalista:

"E olhe, senhor, o meu filho que por lá ha-de acabar tristemente os seus dias, ou que por ahi me chegará miseravel e doente, tinha aqui sempre onde ganhar a jorna. Era pouco, mas chegava para viver alegre e satisfeito ao pé da família"[9].

Este texto jornalístico, clara e pedagogicamente dissuasor da emigração, utiliza inclusive encenações dialogais com o objectivo de desmontar o "mito da fortuna" ligado à emigração; apelava-se à permanência no país ainda que em condições de pobreza, no limiar da sobrevivência, mas o "mito da fortuna" estava tão fortemente radicado na sociedade portuguesa[10] que era necessário destruir o mito que lhe estava subjacente, o "mito Brasil".

O editorial que este jornal apresenta em Junho do ano seguinte, também com o título *Emigração*, evidencia o espectáculo "commovedor" que era o de ver partir "para o Rio de Janeiro centenares de braços roubados á agricultura, ao commercio e á industria", correndo-se o risco de desertificação de aldeias inteiras. Quais as suas causas? A falta de trabalho, as precárias circunstâncias do proletariado? O articulista acreditava que não; segundo ele a causa verdadeira era a ignorância absoluta que grassava nas classes trabalhadoras, afirmando:

"Bastava que o povo tivesse as mais rudimentares bases de instrucção, para que elle se não deixasse arrastar e enganar por essa turba de engajadores que enchamêam o paiz e mui principalmente a nossa província que a cada momento lhe impedem o passo para lhe annunciarem a passagem gratuita para o Brazil.

(...) A ignorância, portanto, é o principal motor d'esse grande mal que nos afflige, e aos governantes é que cabe toda a responsabilidade por não acabar de vez com essa raça de engajadores".

Entende este articulista que não se esperava do Governo a proibição

---

[9] *Emigração*. "Noticias de Mirandela", n.º 22, 17 de Novembro de 1909, p. 1.

[10] PEREIRA, Miriam Halpern – "Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)", in *Actas do Colóquio Internacional Emigração /Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 10.

da emigração – a violação dessa liberdade que o regime constitucional havia consagrado muito raramente é defendida, como veremos – mas reivindicava a interdição da "grande e escandalosa propaganda que todos os dias fazem certas agencias de alliciadores em favor da emigração".

A tónica deste texto incide, pois, na reclamação da perseguição governamental aos "contratadores de carne humana" que continuam "impunemente no seu mister ignominioso" e às suas "agencias que regorgitam como cogumelos venenosos por toda a parte". Outra vertente moral aqui apontada, apesar de forma mais discreta, refere-se às mulheres dos emigrantes que, para alimentarem os filhos são obrigadas a "transpor os humbraes da podridão e do vicio"[11].

O *Correio de Mirandela* foi um dos semanários mais relevantes daquela vila, e ao longo da sua duração (1905-1937, com interrupções) podem recensear-se diferentes representações da emigração, algumas delas originais no panorama da imprensa do nordeste trasmontano.

A propósito de um artigo publicado num jornal brasileiro por um português radicado nesse país que reclamava do seu Governo uma lei regularizadora da emigração, o *Correio de Mirandela* publicou o editorial *Os emigrantes Portuguezes*, em Julho de 1909. Este texto desaconselhava vivamente a promulgação de uma lei contrária à emigração, a qual via como erro social e um perigo económico. Embora acreditando que a emigração actua em termos gerais, "benéfica ou malevolamente, segundo as circunstancias sociaes em que se produz", o articulista enfatiza que a emigração portuguesa para o Brasil "dá-nos hoje amplos recursos, sobejamente compensadores" e, se já foi prejudicial em outros tempos, "constitui hoje uma das nossas fontes de riqueza". Sublinha ainda que países mais avançados como a Itália e Alemanha fomentavam a emigração através de uma cuidada orientação e instrução dos seus emigrantes o que deixava os emigrantes portugueses em evidente desvantagem. Por isso acusava os poderes públicos nacionais de "criminoso desleixo" por permitirem que a emigração se produzisse em "circumstancias deploraveis", sem qualquer

[11] *Emigração*. "Noticias de Mirandela", n.º 36, 15 de Junho de 1909, p. 1.

preparação desse "importante beneficio" para a economia nacional. Assim, se não fosse possível, como na Alemanha, criar "escolas praticas de colonisação", pelo menos dever-se-ia fazer "no ensino primario alterações n'este sentido (...) preparando os emigrantes para uma luta gloriosa e compensadora"[12].

Outra curiosa representação da emigração, que assume perspícuos contornos racistas, é feita no artigo *Acordo luzo-brazileiro*, o qual se encontrava em fase de estudo pela Sociedade de Geografia de Lisboa e que o articulista defendia ardentemente em matérias de índole material e intelectual, prevendo efeitos benéficos para os dois países. Na sua opinião, esse pacto representaria para Portugal um estímulo de ressurgimento moral e económico mas, para o Brasil, não deixaria de "ser também de incontestável utilidade pratica e de seguros effeitos para evitar uma desnacionalisação e uma adulteração de raça que a emigração crescente de elementos oriundos de nacionalidades absolutamente heterogéneas com a brazileira torna eminente". Na sua óptica, tais cruzamentos causariam, num futuro não muito remoto, perturbações que jamais poderiam resultar de um "maior estreitamento de relações de toda a ordem entre os dois povos d'aquem e d'alem Atlântico"[13].

Por sua vez, e confirmando a originalidade destes textos do *Correio de Mirandela* na viragem da Monarquia para a República, registe-se o editorial elucidativamente intitulado *Porque não há dinheiro (sem o vil metal não progresso)*. Abordando a questão da penúria de capitais em Portugal, este artigo evidenciava um traço mental do país: é vergonha enriquecer. Neste contexto, traçava o perfil dos emigrantes para o Brasil: "Campónios de 13 a 16 annos, quasi analphabetos uns e outros inteiramente, e, portanto incompetentes. Por sua culpa? Não. Por culpa do seu paiz, que não os ensinou nem a ler nem a trabalhar". Apesar disso, alguns conseguiam fortuna, sempre relativa. Quanto às grandes fortunas, eram excepção e raramente regressavam a Portugal para fugir ao estigma de "brasileiros",

---

[12] *Os emigrantes Portuguezes*. "Correio de Mirandella", n.º 125, 27 de Julho de 1909, p. 1.
[13] *Acordo luzo-brazileiro*. "Correio de Mirandella", n.º 135, 16 de Novembro de 1909, p. 1.

optando pelo estrangeiro ou por permanecer no Brasil. O texto termina com o lamento previsível:

"Assim, milhares e milhares de contos que podiam estar em movimento, em Portugal, ficam no Brazil.

Porquê? Porque é uma vergonha, quasi um crime, ser rico em Portugal.

Que o povo se convença de que não há nada mais útil para os pobres do que haver ricos."[14]

Desta forma irónica e algo desconcertante, o artigo contraria, quiçá para reforçar a sua veemência e actualidade, o mito do retorno articulado com o mito da fortuna brasileira cujas raízes remotas mergulhavam no passado colonial português.

Saliente-se, desde já, que os periódicos do nordeste bragançano não são pródigos em representações do "brasileiro de torna-viagem" que a literatura portuguesa versara com alguma frequência e verrina[15]. Com efeito, tais representações constituem, no panorama da imprensa bragançana deste período, uma excepção[16].

Mas, em 1912, o registo do *Correio de Mirandela* altera-se, assumindo uma postura de preocupação e consternação relativamente à emigração. Aparentemente, o motivo é o mau ano agrícola associado a intempéries que provoca a carestia e a sangria emigratória. Os editoriais reflectem esta situação e reclamam a intervenção do Estado, não para proibir a emigração, mas para acudir aos trabalhadores com medidas que assegurassem remunerações dignas, protecção fiscal, acesso aos bens de primeira necessidade, enfim, um programa que obstasse à miséria que levava à emigração "que está comprometendo os grandes interesses do paiz"[17]. Mais para o fim do ano, outro editorial alertava para a excessiva emigração a nível nacional, pintando o êxodo a negras tintas:

---

[14] A. d'Al – *Porque não há dinheiro (sem o vil metal não há progresso).* "Correio de Mirandella, n.º 169, 14 de Dezembro de 1911, p. 1.

[15] PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *Entre Portugal e Brasil: ficções e realidades* in "Os Brasileiros de Torna-Viagem. Catálogo da Exposição", Lisboa, C.N.C.D.P., 2000, p. 213-217.

[16] Como exemplo dessa excepcionalidade, refira-se um texto publicado no semanário "A Pátria Nova", Bragança, n.º 9, 25 de Março de 1908.

[17] *Emigração.* "Correio de Mirandella", n.º 176, 19 de Abril de 1912, p. 1.

"Famílias e famílias inteiras abandonam o solo pátrio, n'uma grande parte inculto, procurando, sobretudo na América do Sul, a sua subsistência.

São homens, mulheres e até creanças, que abandonam a pátria n'uma vertigem de desorientados que causa horror".

O perfil do emigrante é aqui reiterado: analfabeto ou mal instruído. Insiste-se que é a ignorância que atrofia o povo pelo que o artigo conclui reivindicando a instrução e a educação como a prioridade nacional[18].

Em 1914, o tema voltava à página nobre do jornal, alertando-se para o despovoamento da nação e insistindo-se que a causa da emigração não podia ser a ambição da riqueza mas a necessidade absoluta, a experiência da fome e da miséria, a certeza de não encontrar na pátria a subsistência. Daí as acusações ao poder central que absorvia os dinheiros públicos e inibia o desenvolvimento regional. A reivindicação da intervenção governamental torna-se mais frequente:

"Cumpre á Republica obstar á emigração, não prohibindo-a, porque seria um crime revoltante proibir quem tem fome de tratar de angariar meios de combate-la; mas por meios de sensatas medidas de fomento que facilitem a expansão da actividade individual e, por consequencia, da riqueza pública"[19].

Não obstante, a simpatia e compaixão pelos emigrantes que o jornal vinha demonstrando podiam ser circunstancialmente quebradas, nomeadamente por razões políticas. Correndo o rumor que a colónia portuguesa do Brasil alimentava movimentos anti-republicanos, exprime-se indignação por aqueles que mais deviam defender a república já que fora a monarquia que os levou à emigração. Criticavam-se os "ex-laponios" que a monarquia agraciava com o título de comendador mediante uma espórtula avultada; agora, só podia ser "a megalomania e não outro motivo, a causa determinante do movimento conspirateiro que, contra a Republica

---

[18] *Emigração*. "Correio de Mirandella", n.º 194, 27 de Setembro de 1912, p. 1.

[19] *Emigração*. "Correio de Mirandella", n.º 245, 11 de Abril de 1914, p. 1.

[20] *Magalomanos*. "Correio de Mirandella", n.º 246, 26 de Abril de 1914, p. 1. Independentemente das "razões de queixa", aliás não especificadas pelo jornalista, as colónias de portugueses no Brasil demonstraram, com alguma frequência, as suas simpatias monárquicas; por exemplo, logo nos inícios de 1911 foi fundado, no Rio de Janeiro, o periódico *A Monarquia Portuguesa*.

Portugueza, os portuguezes degenerados, residentes em terras brazileiras, forjaram e pretenderam levar a cabo"[20].

Todavia, as referências seguintes à emigração incidem em dois pontos fulcrais: as penosas condições dos emigrantes portugueses no Brasil e a desertificação do país. A primeira mensagem é passada pela forma epistolar, com o impacto que o relato na primeira pessoa produz. É o caso da carta datada de 29 de Fevereiro de 1914 e assinada pelo pseudónimo Reiarconi, um putativo ex-emigrante no Brasil que se sente impelido a narrar as cenas de horror que lá presenciou, no intuito de desmotivar os compatriotas a trocar a miséria da pátria pela miserável e faminta morte lenta em terra estranha. Insistindo na concorrência dos emigrantes estrangeiros mais bem preparados e na reduzidíssima percentagem de portugueses que singram no Brasil, este texto apela veemente à permanência no país[21].

Não menos expressivo é o texto de 1920 que ocupava quase toda a primeira página e sugestivamente se intitulava *Grito de alerta! Os portuguezes na América. Para ser lido com atenção por quantos pensam em emigrar*. Referia-se à avalanche de emigração para o Brasil e Estados Unidos que urgia travar, "não só porque essas centenas de creaturas que todos os mezes deixam o paiz fazem falta aos campos e ás oficinas, mas porque vão soffrer em terra estranha todas as amarguras e todas as desgraças". Por outro lado, dava conta dos apelos que diariamente chegavam do Brasil, solicitando ao jornal que desaconselhasse todos quantos pretendiam partir, bem como da incapacidade dos cônsules de vários estados para acudir a todos quantos pediam trabalho ou repatriamento. Um outro motivo dissuasor aqui evocado, mas menos recorrente nos textos compulsados, é a crescente "campanha nativista" que, inevitavelmente, se repercutia no relacionamento entre portugueses e brasileiros. O texto terminava com idênticas considerações sobre a emigração lusa nos E.U. e a publicação de uma carta pungente de um emigrante em New Bedford[22].

Alguns anos mais tarde, em plena ditadura militar, o editorial *Portugal despovoa-se* reincidia em tópicos já conhecidos: a emigração era

[21] *Abandonar a Pátria... Porquê?...* "Correio de Mirandella", n.º 254, 25 de Outubro de 1914, p. 2.
[22] *Grito de álerta! Os portuguezes na América. Para ser lido com atenção por quantos pensam em emigrar*. "Correio de Mirandella", 2ª série, n.º 25, 28 de Dezembro de 1920, p. 1.

uma calamidade e um flagelo, o emigrante partia mal preparado para o comércio e a indústria só conseguindo trabalho, como "animal de carga", na agricultura, enfim, partiam cheios de ilusões e iam "afinal para o grande matadouro". Ao aspecto humanitário, aliavam-se, as razões de Estado: "É indispensavel acabar com esse horror, que despovoa os campos, definha a raça e longe de nos enriquecer, nos atira seguidamente para a miseria". O artigo preconiza a melhoria geral das condições de vida e, se isso não bastasse, o desvio da emigração "para as colónias de África, para a terra portuguesa, onde o português pisará o solo da sua Pátria". O artigo termina com um apontamento diplomático, não despiciendo, dada a conjuntura política:

"De qualquer modo o que é preciso é acabar com esse pavoroso espectáculo de verdadeiras levas de condenados as quais o Brasil embora nação amiga, não pode dar felicidade."[23]

Aliás, neste ano de 1928, a questão da emigração preferencial para a África portuguesa colocou-se com alguma acuidade nos diversos círculos nacionais devido à circular do General Craveiro Lopes, comandante militar do Porto, a qual não só fazia a propaganda daquele destino emigratório como realçava os "perigos" em que incorriam os emigrantes que se dirigiam para o Brasil. O *Portugal Ilustrado*, periódico luso do Rio de Janeiro, publicou em Outubro um artigo sobre o assunto que procurava atenuar aquilo que parecia ser uma campanha do Governo, afirmando que era contra a acção "traiçoeira do engajador e não contra o Brasil, que se dirigem as frases da circular"[24].

Terminando a análise deste semanário, impõe-se referir que, para além dos artigos, a omnipresente temática da emigração para o Brasil faz-se

---

[23] *Portugal despovoa-se*. "Correio de Mirandella", 2ª série, n.º 151, 10 de Julho de 1928, p. 1.

[24] SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil 1850-1938*, Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992, p. 23-24.

[25] Sob o título *Passagens para o Brazil*, o negociante António Aires Esteves participa ao público que é agente geral de todas as companhias para todos os portos do Brasil e de África e que "concede passagens por preços limitadíssimos", além de que se incumbe "de todos os papeis e dá os esclarecimentos precisos", devendo os interessados dirigir-se ao próprio, na Praça Nova, barracas n.º 9 e 10, em Mirandela. Este anúncio aparece com frequência, ora na primeira ora na segunda página do jornal, nomeadamente no n.º 109, de 27 de Fevereiro de 1909, p. 1.

também sentir nas secções de notícias e anúncios. Ora é a informação sobre as facilidades de obtenção de passagens para aquele país[25], ora sobre os passaportes emitidos pelo Governo Civil de Vila Real[26], ora ainda a publicidade sobre serviços procuratórios com sede no Rio de Janeiro e com sucursais em Mirandela e Mogadouro[27].

Também publicado em Mirandela mas com redacção e administração em Macedo de Cavaleiros, o semanário *O Macedense* foi publicado entre Novembro de 1909 e Maio do ano seguinte. Dos escassos vinte números publicados, um houve que preencheu o seu editorial – *Ao povo do districto* – com uma extensa reflexão sobre a miséria que grassava na região: o abandono e desertificação eram, evidentemente, explicados pela emigração[28].

3. A Imprensa de Bragança

Na imprensa da capital de distrito a problemática da emigração assume uma vincada expressão, pese embora passe à margem de alguns títulos[29], sendo regra geral apresentada como prejudicial à região e ao país. Apesar de ter sido feita uma selecção dos periódicos para análise, pode afirmar-se que os vectores dominantes aqui apresentados são comuns aos restantes jornais.

O quinzenário *Districto de Bragança*, publicado em 1911 com o subtítulo *Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança* e distribuído gratuitamente, abordou detalhadamente a questão pela pena de

---

[26] "Correio de Mirandella", n.º 207, 7 de Fevereiro de 1913, p. 3.

[27] "Correio de Mirandella", n.º 276, 22 de Janeiro de 1916, p. 2; n.º 278, 10 de Fevereiro de 1916, p. 3. Trata-se da empresa de Ernesto Gomes de Castro.

[28] "O Macedense", n.º 6, 19 de Dezembro de 1909, p. 1.

[29] É o caso de "Distrito de Bragança" (1907); "O Concelho de Bragança" (1911); "Notícias do Nordeste" (1910-1911); "O Sorrir da Mocidade" (1910); "A Verdade" (1910-1912). No entanto, outros periódicos brigantinos que neste estudo não são analisados contêm abordagens à temática da emigração como: "Gazeta de Bragança" (1900-1910); "O Nordeste" (1900-1910); "Alerta" (1907-1908); "Ilustração Trasmontana" (1908-1910); "Jornal de Bragança" (1910-1911); "A Pátria Nova" (1908-1915); "O Montanhês do Norte" (1912-1913); "Legionário Trasmontano" (1914-1917); "O Trasmontano" (1915-1917); "O Bragançano" (1919). Cf. MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes – *A Emigração do Distrito de Bragança (1910-1920). Uma Análise Regional*, Porto, vol. 1, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

Manuel Suzano na secção "Interesses do Districto de Bragança". Ressalta destes cinco estudos a esperança na república para beneficiar a província mais inculta, mais pobre e mais atrasada do país, segundo palavras do autor, e na qual ele detectava um magno problema – a emigração. Não obstante a abordagem revelar uma certa preocupação científica (fundamentação estatística, recurso a autores consagrados, etc.), o articulista não deixa de percepcionar o fenómeno como um problema humanitário, pintando o drama dos emigrantes com as mais negras cores:

"É assim que a emigração é aterradora pelo numero, e vergonhosamente mizeravel pelas pessimas condições dos emigrantes, que partem falhos de recursos materiaes, e destituídos de conhecimentos práticos que lhes aproveitem nos paizes a que se destinam. Vão perfeitamente á aventura, desconhecendo a sorte que os espera e o trabalho de que terão que lançar mão. Não sabendo lêr, nem sequer conhecem qualquer officio, cujo mister possam exercer lucrativamente!

O que espera taes emigrantes?

A fóme, a miséria, a doença, e por fim a morte! Terrível dilemma! Ou morrer de fóme e miséria, lentamente, n aterra onde nasceram, ou fallecerem abandonados n'um paiz longínquo, mas onde, ao menos, não vêem os soffrimentos, nem ouvem os lamentos dos mesmos males, soltados pelos seres que lhes são caros! Triste, mas fatal compensação!"[30]

Na prestação seguinte, Suzano indaga as motivações da emigração e contraria o "mito da fortuna":

"Ha quem admitta que a sedução das riquezas, a ambição de melhores gosos e distracções, e as mirabolantes phantasias que ouve contar referentes a outras paragens, são a única, se não a principal causa do exodo rural. Puro engano!

O camponez emigra com reluctancia e somente por extrema necessidade.

(...) A ambição, portanto, não é o móbil que mais influe nos

[30] SUZANNO, Manoel – *Interesses do Districto de Bragança*. "Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança", n.º 4, 25 de Fevereiro de 1911, p. 2.

emigrantes, e, se alguns obedecem a esta instigação, constituem uma insignificante minoria que não influe grandemente nos números acusados pelas estatísticas, não seguem a direcção do maior número, e até, em geral, não permanecem muito tempo ausentes, nem taes ambiciosos são, por via de regra, os mais aptos para um trabalho aturado n'outros climas, em regiões distantes; e, de mais, só difficilmente se fixam, d'uma maneira definitiva, longe da terra natal".

Apesar destas considerações, o autor admite haver excepções, organismos robustos e inteligências perspicazes que alcançam a prosperidade, mas não são esses exemplos raros que se propõe estudar. E o seu estudo incide justamente nas causas do atraso da província (falta de capitais, proprietários pequenos, rotinas esterilizantes, instrução deficiente ou nula, ausência de espírito associativo, etc.), explicando que a emigração era facilitada por motivos diversos: a crescente rapidez e economia dos transportes, a sedução por maiores lucros, a aceitação de tipos de trabalhos que o "amor-próprio" não permitia aceitar na terra natal, a preferência pela miséria longínqua em vez da constante falta de trabalho e salários insignificantes. Em suma, a sorte dos emigrantes era bem avara, acrescendo-lhe a falta de protecção oficial[31].

No terceiro estudo, Manuel Suzano analisa as estatísticas oficiais, servindo-se inclusivamente do trabalho de Afonso Costa, mas acrescentando que a situação do distrito de Bragança "é bem mais grave do que a prevista" por aquele autor. Não admitindo a possibilidade da proibição ou até da limitação da emigração, o autor entendia que ela devia ser reduzida "ás suas justas proporções", isto é, os potenciais emigrantes deviam ser instruídos e elucidados sobre as mais diversas questões relativas aos países de destino[32].

A questão demográfica é o tema do seu artigo seguinte, ressaltando que "é fatal o despovoamento do distrito"; assim, denuncia a emigração

---

[31] SUZANNO, Manoel – *Interesses Trasmontanos. Questões Sociaes.* "Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança", n.º 6, 15 de Março de 1911, p. 2-3.
[32] SUZANNO, Manoel – *Interesses Trasmontanos. II Questões Sociaes. Emigração.* "Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança", n.º 7, 1 de Abril de 1911, p. 3.

clandestina praticada em grande escala pelos portos espanhóis e reivindica a promulgação de medidas com vista à melhoria das condições de vida dos "trabalhadores agrícolas, e dos pequenos proprietários ruraes, que são as classes que fornecem o maior contingente à emigração, isto a fim de se evitar o despovoamento da região"[33].

O último estudo de Manuel Suzano sobre matéria emigratória encerra o lamento generalizado por um distrito desprezado pelos poderes centrais e devastado pela emigração pois nenhum outro sofria efeitos tão desastrosos, nem os que tinham taxas de emigração mais elevadas já que o crescimento fisiológico compensava o êxodo. Nesta conformidade, recomendava a elaboração de um inquérito rigoroso e completo à situação do distrito que pudesse sustentar uma política concertada e não a adopção de medidas isoladas.

Apesar de estas análises abrangerem os mais diversos aspectos, deve realçar-se a relevância que Suzano confere à questão da instrução, ou melhor, à falta dela, no distrito, sem uma única escola profissional e com uma taxa de analfabetismo rondando os 80%; apesar de esse ser o valor médio, o autor faz questão de sublinhar que 86,87 dos bragançanos que em 1908 haviam emigrado eram analfabetos[34].

O semanário *Notícias de Bragança* foi um dos mais importantes periódicos que na capital do distrito se publicou entre 1912 e 1917 e o que mais profusamente representou as questões relacionadas com a emigração, conotando-a, invariavelmente, de forma negativa. O terrível ano de 1912, sem pão e sem salários, gerava greves de trabalhadores agrícolas e engrossava a emigração. Desde logo, as correspondências dos diferentes concelhos davam sistematicamente conta da assustadora emigração para o Brasil, queixando-se da crescente pobreza da região como causa e efeito dessa mesma emigração, alvitrando alguns a canalização desses fluxos para as colónias.

---

[33] SUZANNO, Manoel – *Interesses Trasmontanos. II (continuação) Questões Sociaes. Emigração.* "Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança", n.º 8, 15 de Abril de 1911, p. 3.

[34] SUZANNO, Manoel – *Interesses Trasmontanos. III Questões Sociaes. Emigração.* "Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança", n.º 9, 11 de Maio de 1911, p. 3-4.

Nas secções "Notícias da Semana" e "Pelo Distrito" eram também frequentes as referências aos últimos números de emigrantes do distrito ou seus concelhos[35], à quantidade e tipos de passaportes emitidos pelo Governo Civil, a grupos de emigrantes clandestinos saídos pelas povoações raianas acompanhados dos respectivos engajadores, entre vários outros aspectos.

O problema da emigração originava editoriais dirigidos ao Ministro do Fomento (a quem pediam cereal estrangeiro e desenvolvimento das obras públicas para empregar as turbas de desempregados)[36] e ao Governador Civil, a quem detalhadamente se apresentava o ponto da situação.

Este último texto, concretamente, é, a vários títulos, paradigmático, pois representava diferentes aspectos do êxodo a que a região assistia: o despovoamento da região e o abandono da agricultura; a necessidade de travar a prática do aliciamento à emigração realizada por exploradores da ignorância do povo que incutiam no aldeão o "sonho de ambições doentias, verdadeiramente epidémico" o que provocava a "expatriação em massa"; a mudança nas modalidades de emigração: já não era o jornaleiro sem pousada ou o artífice mal remunerado que emigrava, era o chefe de família remediado e cheio de filhos que vendia os seus bens por baixo preço caindo nas mãos de "comissários e engajadores sem consciência" que o aturdiam com "a chimera ridente de um futuro de prosperidades"; já não era a emigração temporária, "é a expatriação pura e simples de centenares de famílias"; o incremento da emigração clandestina pelas terras fronteiriças, sobretudo no concelho de Vinhais.

Este texto corrobora, pois, a radicação do "mito da fortuna" referindo-se sarcasticamente ao Brasil como o "Eldorado" onde o emigrante pensa

---

[35] Por exemplo, refere-se que no primeiro semestre de 1912 o Governo Civil de Bragança havia concedido passaportes a 3367 indivíduos, dos quais 1703 eram do sexo masculino e 1664 do feminino. "Noticias de Bragança", n.º 21, 11 de Julho de 1912, p. 2. Estes números dão o mote para o editorial do número seguinte com o título em enormes letras negras – EMIGRAÇÃO – que admite ser aquele o distrito mais flagelado pelo êxodo: "É espantosa a corrente d'emigração em todo o paiz, mas principalmente em Traz-os-Montes e no districto de Bragança". "Noticias de Bragança", n.º 22, 18 de Julho de 1912, p. 1.

[36] *Ao Sr. Ministro do Fomento*. "Noticias de Bragança", n.º 5, 21 de Março de 1912, p. 1.

[37] *Ao Chefe do Districto*. "Noticias de Bragança", n.º 7, 4 de Abril de 1912, p. 1.

poder "apossar-se do ouro que se apanha ás mãos ambas e do bem estar que se alcança com o simples assentar de arraiaes em terras de pretos!!"[37]

Aliás, dos numerosos textos publicados neste periódico sobre a emigração, alguns traços comuns podem ser avançados. Apesar do Brasil ser o destino de emigração mais recorrentemente mencionado, há diversas notícias sobre outros destinos, como os Estados Unidos, Argentina e Havai[38]; as referências à emigração clandestina são constantes (sobretudo em Vinhais, Miranda e Vimioso); reivindica-se a repressão sobre engajadores quer portugueses quer espanhóis; alerta-se para a necessidade de estancar a propaganda aliciadora; afirma-se que o mito do "brasileiro milionário" se encontrava generalizado nos espíritos simples e ignorantes; evidencia-se a emergência da modalidade familiar de emigração, nomeadamente as remediadas que, com a venda da casa, gado e pequenas propriedades conseguiam pagar a passagem; reiteram-se os sofrimentos e agruras dos portugueses nos lugares de emigração; denuncia-se a falta de preparação e analfabetismo dos mesmos emigrantes que eram vítimas da concorrência dos alemães, italianos, franceses e ingleses regularmente instruídos e treinados para as diversas profissões.

A estes aspectos, aliavam-se algumas conclusões pouco abonatórias da prática emigratória: financeiramente pouco resolvia, pois eram poucos os que regressavam ricos; moralmente era negativa porque gerava situações degradantes de trabalho escravo, de prostituição, de abandono de velhos e de crianças.

Como corolário deste rol de efeitos contraproducentes da emigração, sublinhava-se a necessidade de fomento da província para obviar à sua completa decadência. Esse fomento adviria, em primeiro lugar, da modernização do sector agro-pecuário (maquinaria, adubos químicos,

---

[38] A este respeito é curiosa a notícia sobre o naufrágio do Titanic onde se refere que entre os passageiros se contavam bastantes portugueses, a maior parte de origem açoriana mas alguns do continente, já que a diversificação dos destinos de emigração era uma realidade; mas em todos eles a vida dos emigrantes nacionais se pautava pela fome e pelas privações: "Talvez muitos dos que ocupavam os alojamentos da terceira classe, a bordo do Titanic, fossem felizes em encontrarem no fundo das aguas o termo das suas canceiras. Escaparam assim a maiores sofrimentos". "Noticias de Bragança", n.º 10, 25 de Abril de 1912, p. 1-2.

associações sindicais, etc.); da melhoria das vias de comunicação viárias e ferroviárias para animação da economia e como forma de criação de empregos; desenvolvimento das obras públicas; incremento da educação, designadamente da instrução técnica e profissional[39].

Em alguns textos, e destoando um pouco do panorama da imprensa regional, verifica-se a reivindicação de legislação que limitasse ou, pelo menos, dificultasse a emigração[40].

Por outro lado, são várias as estratégias deste periódico para dissuadir os candidatos a emigrantes. Há, por exemplo, a publicação de notícias de detenções de clandestinos nas zonas fronteiriças[41], de captura de emigrantes por serem detentores de documentos ilegais (geralmente passaportes fraudulentos)[42], de repatriamentos de emigrantes sem emprego.

Outro expediente dissuasório da emigração é a publicação de cartas oriundas de diversos pontos do Brasil, e eventualmente já publicadas noutros jornais nacionais, dando conta dos tormentos sofridos pelos emigrantes que não encontravam trabalho e não possuíam meios para regressar; sobre esta

---

[39] A título de exemplo, refiram-se os artigos *Urge impedir a emigração*, "Noticias de Bragança", n.º 30, 12 de Setembro de 1912, p. 2; *Fomento Trasmontano*, "Noticias de Bragança", n.º 34, 10 de Outubro de 1912, p. 1; *A crise agrícola e o Caminho de Ferro do Pocinho a Miranda*, "Noticias de Bragança", n.º 35, 17 de Outubro de 1912, p. 1-2.

[40] A. L. - *Emigração*. "Noticias de Bragança", n.º 22, 18 de Julho de 1912, p. 1; A. L. - *Emigração*. "Noticias de Bragança", n.º 34, 10 de Outubro de 1912, p. 2-3.

[41] Uma destas notícias refere-se à povoação de Santalha (Vinhais) onde, após grande luta, foram detidos dez indivíduos por tentarem emigrar clandestinamente para o Brasil, cujos nomes, residências e profissões são identificados. Mais refere que o grupo ia acompanhado de dois engajadores e cerca de trinta clandestinos conseguiram escapar, pois a força policial era apenas de sete guardas e os emigrantes iam armados de pistolas. "Noticias de Bragança", n.º 13, 16 de Maio de 1912, p. 3.

[42] A este propósito, refira-se o artigo *O banditismo na emigração* que dá conta da detenção de sete indivíduos pela polícia de emigração que detectara passaportes colectivos fraudulentos. Num dos casos, tratava-se de três pessoas desconhecidas umas das outras que figuravam no passaporte como marido, mulher e filho do marido, ostentando a mulher no passaporte a idade de 27 anos quando, na verdade, tinha 18; ressalte-se, todavia, que o articulista minimiza a culpa dos infractores que considera vítimas dos "galfarros do engajamento", eles sim responsáveis por este tipo de "habilidades". "Noticias de Bragança", n.º 208, 10 de Fevereiro de 1916, p. 1. Ver nota 51.

[43] *Uma carta do Pará. A emigração portugueza*. "Noticias de Bragança", n.º 48, 16 de Janeiro de 1913, p. 3.

[44] *Uma carta do Pará. A emigração portugueza*. "Noticias de Bragança", n.º 48, 16 de Janeiro de 1913, p. 3.

questão concreta é mencionada a criação da Liga Portuguesa de Repatriação pelo engenheiro Emílio Gouveia do Amaral[43]. São exemplos desta situação a transcrição de uma carta enviada do Pará, em 1913, ao director de *O Mundo*[44], e de outras duas dirigidas ao *Século*, em 1914, proveniente uma do Rio de Janeiro e outra do Pará, publicadas sob o sugestivo título *Em terras de Santa Cruz morrem de fome muitos portuguezes*[45].

Refira-se ainda a publicação de outro tipo de documentos como a circular do Ministério do Interior dirigida aos governadores civis aos quais é solicitada a divulgação da comunicação recebida do cônsul português no Brasil sobre a crise de trabalho nesse país que afectava também emigrantes portugueses, "ao ponto de as turmas que ultimamente para ali foram engajadas pela firma Paulo & Filhos – Praça da Batalha, 82, Porto, terem sido votadas ao abandono apenas ali desembarcaram, e nesta impressionante situação, assim continuam."[46]

Curiosa forma de dissuadir a emigração é a encontrada pelo autor do texto *Miranda do Douro. Despovoação dos campos* que, na segunda das quatro partes de que se compõe o seu estudo, apresenta uns cálculos rebuscados para concluir que entre o que os emigrantes ganhavam e o que gastavam em média, o mesmo poderiam auferir na terra natal, "pelo que, lá fóra, não compensa os sacrifícios e a violência do trabalho exercido por cada um"[47].

Entretanto, o número de portugueses radicados no Brasil suscitava a emergência de serviços procuratórios que, tal como acontecia no *Correio de Mirandela* também se faziam anunciar no *Notícias de Bragança*. Tratava-se do mesmo indivíduo, Ernesto Gomes de Castro, com escritório na rua Visconde de Inhauma, n.º 52, Rio de Janeiro, que se encarregava "com todo o zelo e mediante comissões módicas, de receber e fazer PROMPTA REMESSA de rendas de casas, juros, dividendos e amortisações de quaisquer

[45] *Em terras de Santa Cruz morrem de fome muitos portuguezes*. "Noticias de Bragança", n.º 105, 19 de Fevereiro de 1914, p. 3. A carta do Rio de Janeiro é assinada por José C. da Silva e a do Pará por José Abrantes.

[46] *Emigração*. "Noticias de Bragança", n.º 99, 8 de Janeiro de 1914, p. 1.

[47] *Miranda do Douro. Despovoação dos campos (continuação)*. "Noticias de Bragança", n.º 36, 24 de Outubro de 1912, p. 2-3.

títulos, pagáveis n'aquela capital", bem como "de mandar fazer nos prédios os concertos necessários, fiscalisal-os, pagar impostos, etc.". As informações, na região de circulação do periódico, podiam ser prestadas no Banco de Bragança, em Macedo de Cavaleiros com os senhores Alexandre José Nunes & Filho, e em Moncorvo com o senhor Abílio António Campos[48].

Quanto às agências de passagens e passaportes, este semanário é particularmente lacónico. No entanto, sabe-se por outras fontes que não só existiam no distrito como eram, por vezes, condenadas a penas de suspensão de funções[49].

Em 1920, surgiu em Bragança *O Leste Trasmontano*, um efémero periódico que se assumia como *órgão regionalista*. Justamente com o artigo *Regionalismo*, no seu primeiro número, abordou a problemática da emigração, lamentando que grande parte dos braços robustos do distrito fosse fecundar as terras de Santa Cruz em vez da sua região, do seu país ou mesmo de Angola e Moçambique. Sendo em geral analfabeto, era de presumir que a actividade do emigrante português fosse a de substituir o negro. Esta situação devia-se, na opinião do articulista, à "tenaz propaganda em prol do estrangeiro" que se fazia desde há longos anos sem que ninguém pusesse cobro a essa "louca e antipatriótica acção". Segundo ele, urgia adoptar três medidas: fazer propaganda contrária; socorrer o pequeno lavrador; e "difundir a instrução popular que ensina ao nosso povo quanto de superior ao de outros é o nosso clima, o solo da nossa pátria e a liberdade que a cada cidadão cabe, tambêm mais que noutra nacionalidade, de aplicar todos os recursos da sua inteligência e actividade na pesquiza da riqueza que advêm

---

[48] Este anúncio é publicado pela primeira vez no "Noticias de Bragança", n.º 205, 20 de Janeiro de 1916, p. 3.

[49] "Por despacho do Ex.mo Sr. Comissário Geral dos Serviços de Emigração foi levantada a suspensão ao Agente Manuel Gomes, de Bragança e conferido o respectivo Alvará de Licença, encontrando-se esta Agência devidamente habilitada em conformidade com o Decreto n.º 5 624 com a sua sede na Rua Abílio Beça, n.º 15, Bragança". "O Saboreano", Bragança, n.º 3, 9 de Abril de 1922, p. 2.

[50] *Regionalismo*. "O Leste Trasmontano. Órgão regionalista, literário, humorístico e religioso", Bragança, n.º 1, 15 de Janeiro de 1920, p. 2.

de toda a indústria"[50].

4. Breves Conclusões

Como se viu, era vasta e complexa a paleta de representações da emigração portuguesa para o Brasil na imprensa do nordeste trasmontano no difícil período da 1.ª República.

Recurso de sobrevivência ou ambição de fortuna?

Instrumento de monetarização e investimento da vida rural ou causa de desertificação regional?

Sintoma da fragilidade nacional ou atitude antipatriótica?

De todas estas cores se pintou aquele que era, para muitos, o "problema nacional".

Todavia, e tal como foi referido no início deste estudo, a problemática da emigração na 1.ª República é ainda um assunto em aberto, sem explicações cabais e compreensão plena. Apesar de profundamente reformista, nomeadamente nos seus primeiros anos, o novel regime não direccionou de uma forma empenhada o seu labor legislativo e pendor intervencionista à questão emigratória.

Esta constatação torna-se evidente na consulta da obra de Carlos Vieira Ramos intitulada *Legislação Portugueza sobre Emigração e Passaportes*, publicada em 1913, onde se verifica a parca e pouco importante legislação dos primeiros anos da república relativamente ao assunto. Posteriormente a esta data, e apesar de faltar um estudo profundo e sistemático, verifica-se que a legislação produzida não visava qualquer alteração de fundo, limitou-se a regular situações já consumadas e traduziu até alguma hesitação pois diplomas publicados deixavam de vigorar pouco tempo depois[51]. No entanto, foi neste período que se verificaram

[51] Por exemplo, em meados de Janeiro de 1913, o Ministério do Interior mandou suspender a emissão de passaportes colectivos (baseando-se numa nova interpretação da lei de 25 de Abril de 1907) com vista à prevenção das fraudes daí decorrentes pois tais documentos podiam incluir indivíduos que não pertenciam à família do impetrante, assumindo, desta forma, uma nova dimensão de emigração clandestina; no entanto, logo em inícios dos mês seguinte, foi declarada sem efeito a portaria que suspendia a concessão de passaportes colectivos.

quantitativos inéditos de emigração, apenas refreados nos anos relativos à 1.ª Grande Guerra.

Certo é que grandes questões dominavam e minavam a república como a questão religiosa suscitada pela lei da separação do Estado e da Igreja, e a eclosão do conflito mundial desviou muitas das preocupações do regime para o esforço de guerra.

Se parece não haver grandes dúvidas no tocante à evolução da política de emigração da monarquia constitucional e do Estado Novo, por seu turno permanecem algumas interrogações e lacunas quanto à política oficial e oficiosa de emigração na 1.ª República.

Estridente e ousado em várias outras áreas, o regime revelou-se, neste sector específico, discreto e silencioso.